

Governo quer aproveitar reunião do FMI para reatar conversações

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro pretende aproveitar a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) — que se inicia em Washington em 24 de setembro e se estende até 1.º de outubro — para dar início às conversações formais para um acordo com os bancos credores em torno da dívida externa. O processo fica dependendo apenas de um sinal do comitê assessor. A missão brasileira, encabeçada pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, será basicamente formada pelos mesmos técnicos que estiveram recentemente nos Estados Unidos em uma primeira rodada de conversas. A proposta de renegociação da dívida com os bancos já tem suas linhas básicas traçadas, mas existem ainda alguns pontos que precisam ser melhor definidos nos próximos dias. A intenção é concentrar os trabalhos em cima de todos os detalhes.

Dessa vez, uma importante inovação consta do projeto brasileiro. Ao contrário do que ocorreu nas fases I e II do plano de refinanciamento da dívida brasileira, quando um contrato único era extraído das conversas e todos os cerca de setecentos bancos credores se comprometiam a assiná-lo — a estratégia prevê a oferta de opções para atender à divergência de interesses dos bancos nos pontos que não são considerados básicos.

CARDÁPIO DE OPÇÕES

“Vamos oferecer um cardápio de opções, mantendo um espírito de equidade na proposta”, revelou a este jornal o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira. O projeto de renegociação prevê como estrutura central um “master agreement” — acordo principal — com cláusulas aplicáveis a todos os contratos, independentemente da origem ou do tamanho do banco credor.

Nesse “master agreement” estarão contidos pontos básicos, como os seguintes:

- Refinanciamento dos juros, no valor global de US\$ 7,2 bilhões, referentes a 1987 (US\$ 4,3 bilhões) e 1988 (US\$ 2,9 bilhões).

- “Spread” — taxa de risco — zero para todo o estoque da dívida (esse está calculado em US\$ 68 bilhões junto aos bancos privados internacionais, com vinculação total dos juros à variação da “Libor” — taxa praticada no interbancário de Londres).

- O reescalonamento do

pagamento do principal vencido a partir de 1986 e cujo período de consolidação poderá se estender para além de 1990. Esse é um ponto importante, que ainda não foi colocado definitivamente no papel, assim como o prazo de carência.

A carência, de qualquer modo, será plena já que não se pensa desta vez em introduzir cláusulas de “dow-payment” — parcelas do principal que são pagas mesmo durante a vigência da carência — e que constavam da proposta brasileira que chegou a ser apresentada aos bancos no final do governo Figueiredo sem, no entanto, ter sido concretizada.

APÊNDICES AO CONTRATO

Anexadas ao “master agreement”, o governo pretende apresentar uma série de alternativas na forma de apêndices ao contrato básico. Assim, um destes apêndices vai oferecer aos credores opções quanto à forma de refinanciamento dos juros; ou o banco capitaliza os juros ou se dispõe a entrar com dinheiro novo que seria usado pelo Brasil justamente no pagamento do serviço de sua dívida.

Conforme lembrou a este jornal o diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, esta é uma das divergências no universo de credores brasileiros.

“Nos Estados Unidos, por força da legislação do país, há dificuldades para que os bancos façam a capitalização dos juros, o que já não ocorre em alguns países da Europa, onde as leis não são tão rigorosas”, explicou ele.

Em outro apêndice, o Brasil vai colocar aos interessados a opção de troca de seus créditos por títulos brasileiros, que terão a forma de “exit bonds”. São papéis emitidos ao portador e que poderão ser facilmente negociados no mercado secundário, com prazo de resgate superior a dez anos. Esta é uma opção que interessa de perto aos pequenos bancos regionais norte-americanos que querem tirar o Brasil de sua carteira de crédito.

NENHUMA GARANTIA

O Brasil não tem, por enquanto, qualquer garantia de que sua proposta venha a ser efetivamente negociada a partir de setembro. Os bancos credores colocam duas condições para a reabertura das conversas: querem, primeiro, o pagamento simbólico de parte dos juros retidos desde fevereiro e colocam restrições à pretensão do refinanciamento do serviço da dívida, alegando que não têm garantias de que o dinheiro não será usado para pagamentos de compromissos com as agências in-

ternacionais, — como Banco Mundial e o próprio FMI — ou com as agências de crédito dos governos credores.

Dentro do governo, no entanto, os interlocutores que atuam na questão do setor externo estão convencidos de que as restrições colocadas pelos bancos devem ser entendidas como uma “técnica” de procedimento que esconde o verdadeiro motivo: a exigência de um monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia brasileira.

“E preciso que se entenda que, para os credores, o programa de consistência macroeconômica funciona como uma pré-condição e não é, em si, uma solução”, observou o vice-presidente para Operações Internacionais do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva.

SEM O FMI

O ministro Bresser Pereira, quando esteve em julho nos Estados Unidos, colocou aos credores a idéia de que o Brasil faria um acordo com os bancos sem o FMI mas se comprometia a ir ao Fundo, em seguida, para levar adiante as negociações com as agências dos governos credores. Sua intenção não recebeu, no entanto, o referendado do PMDB, que se esquivou de qualquer suporte a um entendimento com o FMI no futuro.